

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

O conhecimento geral sobre medicamentos é importante para a saúde pública, a prática clínica e a promoção da segurança do paciente. Frequentemente referido na literatura da área como alfabetização medicamentosa (*medication literacy*), esse conhecimento transcende a simples identificação de nomes farmacêuticos: envolve a capacidade de entender, interpretar, avaliar e aplicar corretamente informações referentes a medicamentos em contextos reais de uso, incluindo habilidades funcionais (como ler rótulos e bulas), comunicativas e críticas (como avaliar fontes de informação) e competências numéricas (para calcular dosagens ou horários).

Evidências científicas mostram que baixos níveis de literacia em medicamentos estão associados a resultados de saúde piores e a desfechos clínicos negativos, já que grande parte de pacientes desconhece os nomes genéricos ou a finalidade de seus medicamentos. Indivíduos com pouco conhecimento sobre seus tratamentos tendem a apresentar adesão terapêutica reduzida, maior risco de eventos adversos e menor controle de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e outras comorbidades comuns em populações envelhecidas. Esses efeitos negativos se dão porque o entendimento inadequado do regime medicamentoso compromete a capacidade de seguir orientações terapêuticas corretamente e de reconhecer sinais de alerta de complicações.

Quando os pacientes compreendem por que um medicamento foi prescrito, qual sua função e quais são os possíveis efeitos colaterais, eles adquirem maior autonomia e podem participar, de forma mais ativa, nas decisões de cuidado, dialogar com profissionais de saúde e evitar práticas de risco, como automedicação ou descontinuação irregular de tratamento.

A formação de médicos, farmacêuticos, enfermeiros e demais profissionais inclui, cada vez mais, competências relacionadas à adesão medicamentosa e comunicação efetiva acerca de tratamentos, uma vez que esses conhecimentos impactam diretamente a prática clínica e a promoção do uso racional de medicamentos. Nesse sentido, a presença de farmacêuticos e programas educativos nas unidades de saúde é uma estratégia comprovada para elevar o conhecimento medicamentoso da população, proporcionando não apenas informações precisas sobre medicamentos genéricos e prescritos, mas também orientações relativas ao uso racional e à prevenção de problemas como resistência antimicrobiana e interações medicamentosas.

Em suma, o conhecimento sobre medicamentos é um componente essencial da saúde contemporânea, sustentado por evidências científicas que demonstram sua relação com melhores desfechos clínicos, maior segurança terapêutica e maior participação dos pacientes na gestão de sua própria saúde.

A respeito das ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 No texto, verifica-se a predominância da tipologia instrucional e da função referencial da linguagem, cujo objetivo é alertar acerca dos riscos do uso de medicamentos genéricos.
- 2 Deduz-se do texto que a automedicação é considerada uma prática segura quando o indivíduo apresenta elevada alfabetização medicamentosa.
- 3 Infere-se do texto que o desconhecimento acerca de medicamentos pode impactar negativamente tanto os pacientes quanto os sistemas de saúde.
- 4 Conforme o texto, no trecho “Frequentemente referido na literatura da área como alfabetização medicamentosa (*medication literacy*), esse conhecimento transcende a simples identificação de nomes farmacêuticos”, o conceito de “alfabetização medicamentosa” refere-se, principalmente, à capacidade de memorizar nomes comerciais de medicamentos farmacêuticos e à prática da automedicação consciente.
- 5 No trecho “Quando os pacientes compreendem por que um medicamento foi prescrito, qual sua função e quais são os possíveis efeitos colaterais, eles adquirem maior autonomia”, o termo “autonomia” relaciona-se diretamente à capacidade do paciente de tomar decisões informadas, e não à ausência de acompanhamento profissional.
- 6 No trecho “Nesse sentido, a presença de farmacêuticos e programas educativos nas unidades de saúde é uma estratégia comprovada para elevar o conhecimento medicamentoso da população, proporcionando não apenas informações precisas sobre medicamentos genéricos e prescritos, mas também orientações relativas ao uso racional e à prevenção de problemas como resistência antimicrobiana e interações medicamentosas.”, ao mencionar a resistência antimicrobiana, o texto amplia o argumento para além do nível individual, incorporando uma dimensão coletiva do problema.

No que diz respeito à estruturação linguística do texto, julgue os itens seguintes.

- 7 No trecho “O conhecimento geral sobre medicamentos é importante para a saúde pública, a prática clínica e a promoção da segurança do paciente. Frequentemente referido na literatura da área como alfabetização medicamentosa (*medication literacy*), esse conhecimento transcende a simples identificação de nomes farmacêuticos”, o vocábulo “esse” retoma a expressão “alfabetização medicamentosa (*medication literacy*)”.

- 8 No final do trecho “esse conhecimento transcende a simples identificação de nomes farmacêuticos: envolve a capacidade de entender, interpretar, avaliar e aplicar corretamente informações referentes a medicamentos em contextos reais de uso, incluindo habilidades funcionais (como ler rótulos e bulas), comunicativas e críticas (como avaliar fontes de informação) e competências numéricas (para calcular dosagens ou horários).”, a oração iniciada pela forma verbal “incluindo” constitui oração reduzida de gerúndio com valor explicativo.
- 9 Preserva a correção gramatical a reescrita de “Evidências científicas mostram que baixos níveis de literacia em medicamentos estão associados a resultados de saúde piores e a desfechos clínicos negativos” como **Evidências científicas indicam que resultados de saúde piores e desfechos clínicos desfavoráveis associam-se a baixos níveis de letramento em medicamentos.**
- 10 No período “Evidências científicas mostram que baixos níveis de literacia em medicamentos estão associados a resultados de saúde piores e a desfechos clínicos negativos, já que grande parte de pacientes desconhece os nomes genéricos ou a finalidade de seus medicamentos.”, a locução “já que” estabelece relação de consequência.
- 11 Na oração final do período “Evidências científicas mostram que baixos níveis de literacia em medicamentos estão associados a resultados de saúde piores e a desfechos clínicos negativos, já que grande parte de pacientes desconhece os nomes genéricos ou a finalidade de seus medicamentos.”, manteria a correção gramatical a flexão, no plural, da forma verbal “desconhece” – desconhecem –, caso em que passaria a se referir ao termo “pacientes”.
- 12 No trecho “Indivíduos com pouco conhecimento sobre seus tratamentos tendem a apresentar adesão terapêutica reduzida, maior risco de eventos adversos e menor controle de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e outras comorbidades comuns em populações envelhecidas.”, o termo “adesão terapêutica” pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por cumprimento adequado do tratamento prescrito.
- 13 No trecho “Indivíduos com pouco conhecimento sobre seus tratamentos tendem a apresentar adesão terapêutica reduzida, maior risco de eventos adversos e menor controle de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e outras comorbidades comuns em populações envelhecidas.”, o vocábulo “controle” apresenta-se, no texto, como um caso de paronímia.
- 14 No trecho “Evidências científicas mostram que baixos níveis de literacia em medicamentos estão associados a resultados de saúde piores e a desfechos clínicos negativos, já que grande parte de pacientes desconhece os nomes genéricos ou a finalidade de seus medicamentos. Indivíduos com pouco conhecimento sobre seus tratamentos tendem a apresentar adesão terapêutica reduzida, maior risco de eventos adversos e menor controle de doenças crônicas.”, o emprego das formas verbais “mostram”, “estão associados” e “tendem”, no presente do indicativo, contribui para conferir caráter atemporal e generalizante às afirmações do texto.
- 15 No trecho “Esses efeitos negativos se dão porque o entendimento inadequado do regime medicamentoso compromete a capacidade de seguir orientações terapêuticas corretamente e de reconhecer sinais de alerta de complicações.”, o termo “esses” funciona como elemento de referência anafórica.
- 16 No trecho “Quando os pacientes compreendem por que um medicamento foi prescrito, qual sua função e quais são os possíveis efeitos colaterais, eles adquirem maior autonomia”, a oração introduzida por “Quando” estabelece relação simultânea de condição e explicação.
- 17 Conforme a gramática normativa da língua portuguesa, no trecho “A formação de médicos, farmacêuticos, enfermeiros e demais profissionais inclui, cada vez mais, competências relacionadas à adesão medicamentosa e comunicação efetiva acerca de tratamentos, uma vez que esses conhecimentos impactam diretamente a prática clínica e a promoção do uso racional de medicamentos.”, a correção gramatical e os sentidos originais do texto ficariam mantidos caso o trecho que contém a forma verbal “impactam” fosse reescrito da seguinte forma: **impactam diretamente na prática clínica e a promoção do uso racional de medicamentos.**
- 18 No trecho “Nesse sentido, a presença de farmacêuticos e programas educativos nas unidades de saúde é uma estratégia comprovada para elevar o conhecimento medicamentoso da população, proporcionando não apenas informações precisas sobre medicamentos genéricos e prescritos, mas também orientações relativas ao uso racional e à prevenção de problemas como resistência antimicrobiana e interações medicamentosas.”, o acento grave indicativo de crase foi empregado em decorrência da junção da preposição “a” que segue a forma “relativas” com o artigo feminino definido “a” que antecede a palavra “prevenção”.
- 19 Sem prejuízo à correção gramatical do texto, o trecho “Nesse sentido, a presença de farmacêuticos e programas educativos nas unidades de saúde é uma estratégia comprovada para elevar o conhecimento medicamentoso da população” poderia ser reescrito, mantendo-se a pontuação e o trecho original ao final, como **Assim, incluir farmacêuticos e programas educativos nas unidades de saúde constitui estratégia comprovada para aumentar o conhecimento da população sobre medicamentos.**
- 20 No trecho “Em suma, o conhecimento sobre medicamentos é um componente essencial da saúde contemporânea, sustentado por evidências científicas que demonstram sua relação com melhores desfechos clínicos, maior segurança terapêutica e maior participação dos pacientes na gestão de sua própria saúde.”, mesmo com a supressão das vírgulas após “Em suma” e “contemporânea”, estariam preservadas a correção gramatical e a coerência textual.

Faltam 9 dias para a estreia do 9º jogo da franquia de zumbis favorita de Gael. Para entrar no clima, ele decidiu fazer uma contagem regressiva: nos 8 dias anteriores ao lançamento, ele vai jogar um título por dia, escolhendo uma ordem para jogar os jogos de 1 a 8, sem repetição; no 9º dia, na estreia, ele jogará o jogo 9. Suponha-se que Gael escolha ao acaso, com chances iguais, uma das ordens possíveis para os oito primeiros dias.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21** O número de cronogramas possíveis para os 8 primeiros dias é de 40.320.
- 22** Se Gael decidir jogar o jogo 1 no 1º dia e o jogo 8 no 8º dia, então haverá 720 maneiras de organizar os demais 6 dias.
- 23** A probabilidade de que, nos 8 primeiros dias, Gael jogue sempre um título ímpar seguido de um título par, ou vice-versa, é igual a $\frac{1}{70}$.
- 24** A probabilidade de Gael jogar o jogo 1 no 1º dia ou o jogo 8 no 8º dia é de 25%.

Em um plantão, registrou-se o número de atendimentos realizados por cada funcionário de uma farmácia, segundo a tabela a seguir.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
0	2
1	4
2	6
3	7
4	5
5	3
6	2
7	1

Com base nessa situação hipotética e nas informações apresentadas, julgue os itens seguintes.

- 25** A porcentagem de funcionários que realizaram 4 ou mais atendimentos é inferior a 35%.
- 26** A média de atendimentos por funcionário foi maior que a mediana.
- 27** A moda do número de atendimentos registrados nesse plantão foi 2.

Ao preparar uma atividade em sala, Dalila pega uma folha de papel e faz dobras sucessivas sempre ao meio, obtendo uma sequência de retângulos cada vez menores. Considere-se que a folha inicial tem área de 256 cm² e que, a cada dobra, a área visível do papel é reduzida pela metade.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 28** A sequência das áreas obtidas após cada dobra forma uma progressão geométrica de razão $\frac{1}{2}$.
- 29** Após 6 dobras, a área visível do papel será igual a 4 cm².
- 30** A sequência das diferenças entre duas áreas consecutivas forma uma progressão aritmética, cujo primeiro termo é 128 cm² e cuja razão é 64 cm².



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do sistema operacional Linux, do editor de texto LibreOffice Writer e do programa LibreOffice Calc, julgue os itens a seguir.

- 31 Em sistemas Linux, o comando `mkdir` permite criar diretórios tanto em partições locais quanto em diretórios montados via rede, como NFS ou SMB, respeitando as permissões do sistema de arquivos.
- 32 A criação de arquivos no Linux por meio do comando `touch` depende das permissões de escrita no diretório de destino, não sendo possível criar arquivos em diretórios protegidos sem privilégios adequados.
- 33 Uma das desvantagens do LibreOffice Writer é que a correção ortográfica, que identifica erros de grafia, não oferece sugestões automáticas de correção nem permite adicionar palavras ao dicionário personalizado.
- 34 No LibreOffice Writer, a aplicação de bordas e sombreamento será feita em parágrafos, tabelas e páginas, permitindo a personalização visual de relatórios e formulários.
- 35 No LibreOffice Calc, ao inserir uma fórmula em uma célula, o *software* interpreta automaticamente qualquer valor digitado como texto, sendo necessário converter manualmente para número antes da realização de cálculos.

Quanto aos *softwares* de navegação, aos conceitos de *worms* e ao Android 9 (Pie), julgue os itens seguintes.

- 36 Navegadores como Mozilla Firefox e Google Chrome permitem o uso de abas, extensões e modos de navegação privada, ampliando funcionalidades e controle sob a experiência de navegação.
- 37 O Microsoft Internet Explorer, embora descontinuado em versões recentes do Windows, ainda pode ser encontrado em ambientes corporativos legados, sendo substituído gradualmente por navegadores mais modernos.
- 38 *Worms* são tipos de ameaças que dependem da ação direta do usuário para se propagarem, sendo transmitidos principalmente por anexos de *e-mail* executados manualmente.
- 39 No Android 9 (Pie), o modo Doze (Doze Mode) foi removido do sistema operacional, sendo substituído pelo recurso Adaptive Battery.
- 40 No Android 9 (Pie), o sistema desativa automaticamente o mecanismo SELinux em modo *enforcing* para aumentar o desempenho do dispositivo, permitindo maior liberdade de acesso entre processos.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Segundo Peter Haberle, uma Constituição que se compromete com a dignidade humana lança, com isso, os contornos da sua compreensão do Estado e do Direito e estabelece uma premissa antropológico-cultural de que o respeito e a proteção da dignidade humana são dever jurídico fundamental. Acerca dessa informação e à luz dos direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 41 O direito constitucional a não se associar assegura que o profissional liberal prescindida da inscrição em Conselho de Fiscalização Profissional.
- 42 A instituição do júri é obrigatória para decidir acerca de crimes contra a vida, assegurada a soberania dos veredictos.
- 43 Embora a Constituição Federal de 1988 admita, excepcionalmente, a prisão civil, o STF considera ilícita a prisão civil de depositário infiel.
- 44 São privativos de brasileiro nato os cargos de presidente e vice-presidente da República, bem como de governador e vice-governador de estado.
- 45 É constitucional a suspensão do exercício profissional por conselhos de classe como sanção pelo não pagamento de anuidades.

A respeito dos princípios constitucionais da Administração Pública e de sua aplicação concreta, julgue os itens seguintes.

- 46 A intervenção do Estado na propriedade privada decorre do princípio da supremacia do interesse público.
- 47 A indicação de autoridades para contratação de familiares por empresas que prestem serviços à Administração Pública, ou mesmo a de estagiários, pode violar a ética pública e configurar nepotismo.
- 48 A acumulação de cargos públicos é medida excepcional e exige compatibilidade de horários, estendendo-se, inclusive, a empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- 49 As verbas de natureza indenizatória não serão inclusas no cálculo do teto remuneratório de agentes públicos, desde que haja autorização expressa da autoridade máxima de cada um dos Poderes.
- 50 As ações de ressarcimento ao erário público serão imprescritíveis, quando forem fundadas em ilícitos dolosos definidos pela Lei de Improbidade Administrativa.

João, servidor público de um conselho de fiscalização profissional, possui uma empresa de serviços de tecnologia da informação, em sociedade com seu cunhado. João conseguiu ser transferido para o setor de informática do conselho e, lá, conseguir direcionar as compras do órgão para a sua empresa, sendo designado, inclusive, como fiscal do contrato, por seu chefe, que não sabia da situação irregular. Nessa função, João realizou diversos aditivos contratuais, sem a demonstração da necessidade e por valores acima dos valores de mercado, em conluio com seu cunhado.

Com base nessa situação hipotética e nas normas de regência, julgue os itens a seguir.

- 51 Considera-se a conduta de João como improbidade administrativa, mas não há como aplicar o referido normativo a seu cunhado, já que ele não possui vínculo funcional com a Administração Pública.
- 52 A conduta negligente do chefe de João enseja a sanção por improbidade administrativa.
- 53 João e seu cunhado responderão por improbidade administrativa, mas não o chefe de João.
- 54 A conduta de João caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, cuja sanção levará à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por até 14 anos.
- 55 O estatuto dos servidores públicos civis da União proíbe João de ser cotista ou acionista de empresa privada.
- 56 A ação de improbidade administrativa contra João deverá ser promovida pelo Ministério Público em até oito anos, contados a partir do momento em que cessar a infração, já que se trata de infração permanente.

Acerca dos direitos e deveres dos cidadãos no processo administrativo, na forma estabelecida pela Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- 57 O princípio do formalismo moderado implica que a Administração Pública deve privilegiar o uso de formas simples, mas suficientes para propiciar adequado grau de certeza e de segurança.
- 58 A apresentação de alegações finais, a produção de provas e a interposição de recursos só podem ser realizadas por meio de advogado.
- 59 Não cabe recurso administrativo para reanálise de mérito administrativo.
- 60 Os processos administrativos em que conste como parte ou interessado indivíduo com idade igual ou superior a 65 anos terão prioridade de tramitação em qualquer órgão ou instância.

A Constituição Federal consagra o direito de acesso à informação, permitindo ao cidadão conhecer, fiscalizar e participar da gestão da coisa pública. Em um estado democrático de direito, transparência é requisito de legitimidade do poder e instrumento decisivo de prevenção aos desvios éticos e à corrupção. Nesse contexto, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, concretiza o mandamento constitucional, disciplinando a divulgação de informações e o atendimento aos requerimentos dos cidadãos. Assim, o seu propósito central é tornar a transparência regra e o sigilo, exceção. Considerando essa informação, julgue os itens seguintes.

- 61 A falta de publicidade de atos oficiais pode ser caracterizada como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 62 Os conselhos de fiscalização profissional só devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias, quando houver, ao menos, 100 empregados em seus quadros.
- 63 Os conselhos de classe, por sua natureza de direito privado, não se sujeitam a dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI).
- 64 O pedido de acesso à informação, amparado na LAI, deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos do requerimento.

Com base nas regras estabelecidas no Regimento Interno do Conselho Regional de Farmácia do Paraná (CRF-PR), julgue os itens a seguir.

- 65 Compete privativamente ao plenário do CRF-PR apreciar e aprovar a sua proposta orçamentária, mas deve submetê-la à aprovação do Conselho Federal de Farmácia.
- 66 Compete apenas ao Conselho Federal de Farmácia deliberar acerca da suspensão e a cassação de mandato de conselheiro regional.
- 67 O plenário do CRF-PR tem competência para afastar temporariamente das funções os seus diretores que infringirem o regimento, desde que pelo voto favorável de dois terços dos membros do plenário.

Um farmacêutico, devidamente inscrito no Conselho Regional de Farmácia do Paraná (CRF-PR) tem recebido ligações insistentes de empresas de telemarketing oferecendo cursos para aperfeiçoamento profissional. Em uma dessas ligações, o atendente revelou que tinha informações pessoais da farmacêutica, em relação a sua saúde, e que as informações foram passadas pelo próprio CRF-PR, já que havia um convênio estabelecido entre a empresa promotora de capacitações e o Conselho.

Considerando essa situação hipotética e as regras estabelecidas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 68 Se a informação do atendente de telemarketing for verdadeira, a pessoa designada controladora do CRF-PR será responsabilizada, caso não tenha obtido o consentimento específico.
- 69 A informação relativa à saúde da farmacêutica é considerada dado pessoal sensível, assim como os dados referentes a sua vida sexual, dado genético ou biométrico.
- 70 Os agentes de tratamento de dados do CRF-PR sofrerão sanções pela autoridade nacional em multas simples, de até 2% do faturamento anual do Conselho.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Resolução CFF nº 700/2021, publicada em fevereiro de 2021, regulamenta os procedimentos de fiscalização do exercício profissional farmacêutico pelos Conselhos Regionais (CRFs). Ela define critérios para inspeções, termos de notificação, auto de infração e classifica o perfil de assistência farmacêutica (1 a 5), revogando a Resolução CFF nº 648/2017. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir, quanto à Resolução CFF nº 700/2021.

- 71** É vedado o exercício de atividade privativa do farmacêutico em estabelecimento sujeito à fiscalização do CRF, sem a presença física do farmacêutico no local.
- 72** No âmbito da fiscalização, o termo de inspeção é o documento de preenchimento obrigatório em todas as inspeções realizadas pelo farmacêutico fiscal, independentemente da constatação ou não de irregularidades.
- 73** A certidão de regularidade (CR) perderá a sua validade quando houver alteração de quaisquer de seus dados, cabendo ao estabelecimento manter atualizada a escala de serviço dos farmacêuticos, em local acessível ao público e ao fiscal no momento da inspeção.
- 74** Conforme a Resolução CFF nº 700/2021, a lavratura de auto de infração pelo farmacêutico fiscal observará o perfil de assistência farmacêutica do estabelecimento, porém não sendo obrigatória a sua anexação ao respectivo processo administrativo fiscal.
- 75** A ficha de fiscalização do exercício das atividades farmacêuticas é o instrumento utilizado pelo farmacêutico fiscal para registrar, de forma padronizada, as informações verificadas durante a inspeção quanto ao exercício profissional e às atividades desenvolvidas no estabelecimento.

O Decreto Federal nº 74.170/1974 regulamenta a Lei nº 5.991/1973. Ele estabelece normas para o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos correlatos, incluindo licenciamento, fiscalização e assistência técnica em farmácias e drogarias. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir, acerca desse Decreto.

- 76** Conforme o Decreto, a fiscalização dos entorpecentes limita-se às atividades de importação e exportação, não alcançando as etapas internas de armazenamento, prescrição, dispensação e uso dessas substâncias.
- 77** Nos estabelecimentos compreendidos no referido regulamento, em caso de suspeita de alteração ou fraude, a autoridade fiscalizadora deve interditar o estoque existente no local, até o prazo máximo de 90 dias.

A Lei nº 8.078/1990 instituiu o Código de Defesa do Consumidor (CDC), norma fundamental de ordem pública que regula as relações de consumo no Brasil. Ele protege a parte vulnerável, garantindo direitos básicos, segurança, informação e reparação de danos nas relações com fornecedores. Considerando essa informação, julgue os itens seguintes, a respeito da Lei nº 8.078/1990.

- 78** A responsabilidade do fornecedor de serviços é objetiva, independentemente da existência de culpa, respondendo pelos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, salvo se provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

- 79** O CDC considera abusiva a cláusula contratual que impossibilite, exonere ou atenua a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos ou serviços, ainda que haja concordância expressa do consumidor.
- 80** Conforme o CDC, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos duráveis caduca em 30 dias, contados da entrega efetiva do produto.

A RDC nº 58/2014 da Anvisa dispõe acerca das medidas a serem adotadas junto à agência pelos titulares de registro de medicamentos para a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência. Trata-se de normativa extremamente importante para a atuação do farmacêutico comunitário. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir, acerca da RDC nº 58/2014.

- 81** Conforme a RDC nº 58/2014, os titulares de registro de medicamentos similares intercambiáveis que não promoverem a alteração da bula no prazo de um ano continuam autorizados a comercializar o produto normalmente no mercado.
- 82** De acordo com a RDC nº 58/2014, a informação a respeito da intercambialidade de um medicamento similar com o medicamento de referência deve constar obrigatoriamente na bula, independentemente de divulgação de lista específica pela agência.

A Declaração de Helsinque, adotada em 1964 pela Associação Médica Mundial (AMM), é o principal documento ético internacional para pesquisa médica com seres humanos. Ela estabelece que o bem-estar do participante prevalece sob os interesses da ciência, exigindo consentimento informado, avaliação de riscos, aprovação por comitês de ética e proteção a grupos vulneráveis. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir, no que diz respeito à Declaração.

- 83** Segundo a Declaração de Helsinque, toda pesquisa médica envolvendo seres humanos deve ser precedida da avaliação e aprovação por um comitê de ética em pesquisa independente, competente e devidamente qualificado, antes do início do estudo.
- 84** A Declaração de Helsinque estabelece princípios éticos para a pesquisa médica envolvendo seres humanos, incluindo pesquisas com material humano identificável e dados pessoais identificáveis.

A Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, definindo as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Ela estabelece diretrizes como universalidade, equidade, descentralização e participação social. A norma regula as ações de saúde em todo o País, aplicáveis por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes, quanto à Lei Orgânica da Saúde.

- 85** A Lei nº 8.080/1990 inclui a assistência terapêutica integral, inclusive a farmacêutica, como uma das ações e serviços de saúde a serem executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- 86** Nos termos da Lei, a assistência terapêutica integral, inclusive a farmacêutica, deve ser organizada de forma descentralizada e hierarquizada, sendo a atuação do farmacêutico condicionada à execução de atividades técnicas, sem participação em processos de planejamento, avaliação e controle das ações de saúde.

- 87** A Lei nº 8.080/1990 estabelece que as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, das quais o farmacêutico pode participar, são de responsabilidade exclusiva da União, não sendo atribuídas aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- 88** Conforme a Lei nº 8.080/1990, compete ao SUS formular a política de medicamentos, cabendo ao farmacêutico, no âmbito de sua atuação profissional, contribuir tecnicamente para a execução dessa política nos serviços de saúde.
- 89** De acordo com a Lei, a assistência farmacêutica no SUS compreende não apenas a dispensação de medicamentos, mas também atividades relacionadas à seleção, à programação, à aquisição, ao armazenamento e ao controle de qualidade dos produtos.
- 90** Nos termos da Lei, a atuação do farmacêutico no SUS está relacionada à promoção do uso racional de medicamentos, integrando as ações de vigilância, assistência e atenção à saúde.

A Constituição Federal de 1988 define a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas. A Carta Magna estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS), com base nos princípios da universalidade, integralidade e descentralização. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir, acerca dos artigos 196 a 200 da Constituição Federal de 1988.

- 91** Nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
- 92** Conforme o art. 198 da Constituição Federal de 1988, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes como a descentralização, o atendimento integral e a participação da comunidade.
- 93** De acordo com o art. 197 da Constituição Federal de 1988, as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, podendo a sua execução ser feita diretamente pelo Poder Público ou por meio de terceiros, inclusive pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, mediante o controle e a fiscalização do Estado.
- 94** Nos termos do art. 200 da Constituição Federal de 1988, compete ao SUS ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde, bem como executar ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador, sendo-lhe vedada a participação na produção de medicamentos e outros insumos estratégicos.

Acerca da Política de Medicamentos e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, julgue os itens seguintes.

- 95** A Política Nacional de Medicamentos tem como um de seus eixos centrais a promoção do uso racional de medicamentos, abrangendo ações relacionadas à seleção, à prescrição, à dispensação e ao uso adequado desses produtos pela população.
- 96** A Assistência Farmacêutica, no âmbito do SUS, restringe-se à aquisição e à dispensação de medicamentos, não compreendendo as atividades de planejamento, acompanhamento terapêutico ou avaliação do uso dos medicamentos.

- 97** A Política Nacional de Medicamentos e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica possuem objetivos distintos e não complementares, sendo a primeira voltada exclusivamente à regulação do mercado farmacêutico e a segunda limitada à execução logística da dispensação de medicamentos no SUS.
- 98** De acordo com os princípios que regem a Assistência Farmacêutica, a garantia do acesso a medicamentos deve estar dissociada das ações de cuidado em saúde, uma vez que o fornecimento do produto é suficiente para assegurar resultados terapêuticos adequados.
- 99** A Assistência Farmacêutica é compreendida como política pública integrada às ações de saúde, envolvendo atividades de natureza técnica, clínica e administrativa, voltadas à promoção do acesso e ao uso racional de medicamentos, em consonância com as diretrizes do SUS.

À luz da Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 727/2022, julgue os itens a seguir.

- 100** De acordo com a Resolução CFF nº 727/2022, a telefarmácia é utilizada para a prestação de serviços farmacêuticos, desde que haja vínculo profissional entre o farmacêutico e o serviço ofertado, sendo vedada a realização de atendimentos automatizados, sem a efetiva atuação do farmacêutico.
- 101** Conforme a Resolução CFF nº 727/2022, os serviços farmacêuticos prestados por telefarmácia dispensam a observância das normas relativas à guarda de prontuários e registros profissionais, desde que as informações estejam armazenadas em plataformas digitais com controle de acesso.
- 102** Nos termos da Resolução CFF nº 727/2022, a prestação de serviços farmacêuticos na modalidade de telefarmácia exige que o farmacêutico assegure a identificação inequívoca do paciente, o registro do atendimento realizados, a confidencialidade das informações e a rastreabilidade dos atos profissionais.

A Portaria nº 344/1998, do Ministério da Saúde, estabeleceu um dos marcos regulatórios de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. A partir dessa informação, julgue os itens seguintes, a respeito dessa Norma.

- 103** A Portaria nº 344/1998 classifica as substâncias e os medicamentos sujeitos a controle especial em listas específicas, como A, B, C e D, cabendo ao farmacêutico fiscal verificar, durante a inspeção, a correta observância das exigências aplicáveis a cada lista.
- 104** De acordo com a Portaria nº 344/1998, medicamentos constantes da Lista C1 (outras substâncias sujeitas a controle especial) podem ser dispensados mediante receita simples, desde que emitida por profissional legalmente habilitado.
- 105** No exercício da fiscalização, cabe ao farmacêutico fiscal exigir a apresentação dos livros ou sistemas de escrituração específicos para medicamentos sujeitos a controle especial, a fim de verificar a regularidade da movimentação de substâncias constantes das listas da Portaria nº 344/1998.
- 106** Conforme a Portaria nº 344/1998, a ausência de escrituração regular de medicamentos sujeitos a controle especial, ainda que não haja indícios de desvio ou uso indevido, configura infração sanitária passível de autuação pelo farmacêutico fiscal.

- 107** A Portaria nº 344/1998 autoriza que medicamentos constantes da Lista A1 (entorpecentes) sejam dispensados com retenção de receita de duas vias, sendo uma retida, desde que a quantidade dispensada seja compatível com o tratamento prescrito e devidamente registrada pelo estabelecimento.
- 108** No âmbito da fiscalização, o farmacêutico fiscal utiliza as listas da Portaria nº 344/1998 como critério técnico para avaliar a adequação do tipo de receituário utilizado, do prazo de validade da receita e das condições de armazenamento dos medicamentos controlados encontrados no estabelecimento.

Sabe-se que a propaganda inadequada de medicamentos pode acarretar uso irracional desses insumos, sendo de grande interesse da Administração Pública a regulação desse mercado. A RDC nº 96/2008 dispõe acerca da propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou a promoção comercial de medicamentos, de produção nacional ou estrangeira, quaisquer que sejam as formas e os meios de sua veiculação. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, quanto à RDC nº 96/2008.

- 109** Quanto à RDC nº 96/2008, é permitido, para medicamentos e produtos de saúde, utilizar expressões, tais como “seguro”, “eficaz” e “qualidade”, em combinação ou isoladamente, desde que complementadas por frases que justifiquem a veracidade da informação.
- 110** De acordo com a RDC nº 96/2008, é permitido anunciar um medicamento como novo, depois de transcorridos dois anos da data de início de sua comercialização no Brasil.
- 111** A RDC nº 96/2008 permite, em medicamentos e produtos de saúde, a inclusão de selos, marcas nominativas, figurativas ou mistas de instituições governamentais ou dos profissionais de saúde e(ou) selos de certificação de qualidade.

A Lei Federal nº 13.021/2014 dispõe acerca do exercício e da fiscalização das atividades farmacêuticas e é um dos principais documentos que regem as ações de um farmacêutico fiscal. A partir dessa informação, julgue os itens seguintes, quanto à Lei Federal nº 13.021/2014.

- 112** Nos termos da Lei nº 13.021/2014, a ausência do farmacêutico, durante todo o horário de funcionamento de farmácia ou drogaria, caracteriza irregularidade sanitária e profissional, passível de atuação pelo farmacêutico fiscal, independentemente da existência de responsável técnico formalmente indicado.
- 113** De acordo com a Lei nº 13.021/2014, a caracterização da farmácia como estabelecimento de saúde autoriza a dispensação de medicamentos e a prestação de serviços farmacêuticos sem a necessidade de observância das normas sanitárias expedidas pela autoridade competente, desde que haja farmacêutico presente.
- 114** Conforme a Lei nº 13.021/2014, o farmacêutico fiscal, no exercício de suas atribuições, restringe-se à verificação da presença do farmacêutico responsável técnico e da regularidade documental do estabelecimento, sendo-lhe vedado avaliar a efetiva prestação de serviços farmacêuticos e as condições técnicas de funcionamento da farmácia ou drogaria.

A Lei Federal nº 3.820/1960 criou o Conselho Federal de Farmácia e os seus devidos Conselhos Regionais, os quais são instituições dotadas de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinadas a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País. Considerando essas informações, julgue os itens a seguir, acerca da Lei Federal nº 3.820/1960.

- 115** Conforme a Lei nº 3.820/1960, o poder de fiscalização exercido pelos Conselhos Regionais de Farmácia possui natureza meramente administrativa, não configurando exercício de poder de polícia, razão pela qual o farmacêutico fiscal não pode lavrar autos ou termos que subsidiem processos administrativos disciplinares.
- 116** Nos termos da Lei nº 3.820/1960, compete aos Conselhos Regionais de Farmácia fiscalizar o exercício da profissão farmacêutica em sua área de jurisdição, podendo o farmacêutico fiscal verificar o cumprimento das normas legais e éticas relativas ao exercício profissional.
- 117** De acordo com a Lei nº 3.820/1960, a atuação fiscalizatória do farmacêutico fiscal limita-se à verificação do registro profissional do farmacêutico e do estabelecimento no Conselho Regional de Farmácia, sendo vedada a apuração de infrações éticas ou disciplinares no exercício da profissão.

A Resolução CFF nº 499/2008, do Conselho Federal de Farmácia, regulamenta a prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias no Brasil. Ela estabelece que tais serviços, incluindo atenção farmacêutica e aplicação de injetáveis, devem ser realizados por farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia (CRF) ou sob sua supervisão direta. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 118** À luz da Resolução CFF nº 499/2008, o farmacêutico fiscal pode verificar, durante ação fiscalizatória em farmácia comunitária, se os serviços clínicos prestados pelo farmacêutico estão compatíveis com suas atribuições profissionais e devidamente documentados, uma vez que tais serviços integram o exercício regular da profissão farmacêutica.
- 119** De acordo com a Resolução CFF nº 499/2008, os serviços clínicos ofertados em farmácias comunitárias, por se tratarem de atividades de natureza assistencial, não se submetem à fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia, desde que não envolvam a dispensação de medicamentos.
- 120** Conforme a Resolução CFF nº 499/2008, a prestação de serviços clínicos pelo farmacêutico em farmácia comunitária afasta a possibilidade de atuação do farmacêutico fiscal quanto à análise de registros, protocolos e responsabilidades profissionais, uma vez que tais atividades são reguladas exclusivamente por normas sanitárias, e não pelo Sistema CFF/CRFs.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Em âmbito hospitalar, os medicamentos desempenham um papel essencial, independente do porte ou especialidade da instituição, devido ao montante financeiro envolvido e da importância assistencial dos medicamentos. As atividades da farmácia hospitalar contemplam, o ciclo da assistência farmacêutica. Dentre esses serviços a distribuição de medicamentos é de maior impacto no ambiente hospitalar, no qual possui maior contato com os setores da instituição, tornando-se a face mais visível e suscetível à identificação de erros e proposição de medidas.

O sistema de distribuição de medicamentos (SDM) deve acolher todas as áreas da instituição onde sejam consumidos medicamentos, sendo providos de segurança e controle. No entanto, esses sistemas são aplicados de acordo com a logística hospitalar, no qual cada um contém suas características, vantagens e desvantagens.

EVARISTO, F. *et al.* **Sistema de distribuição de medicamentos em ambiente hospitalar.**
InterfacEHS – Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade. v. 14 (2019).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

O papel do farmacêutico fiscal na distribuição de medicamentos em contexto hospitalar

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) diferentes tipos de distribuição de medicamentos em contexto hospitalar;
- b) legislações que regulam os processos de distribuição em hospitais; e
- c) papel do farmacêutico fiscal na distribuição de medicamentos de um hospital.